

Aula Extra

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

25 de Junho de 2025

Índice

1) Lista de Questões Estratégicas - Domínio Público - Instituto AOCP	3
2) Lista de Questões Estratégicas - Responsabilidade Civil do Estado - Instituto AOCP - Único	7
3) Lista de Questões Estratégicas - Agentes Públicos - Instituto AOCP - Médio	13
4) Lista de Questões Estratégicas - Atos Administrativos - Instituto AOCP - Médio	16
5) Lista de Questões Estratégicas - Improbidade Administrativa - Instituto AOCP - Médio	19
6) Lista de Questões Estratégicas - Lei 14.133/2021 - Parte 1 - Instituto AOCP - Médio	25
7) Lista de Questões Estratégicas - Organização Administrativa - Instituto AOCP - Médio	30
8) Lista de Questões Estratégicas - Poderes Administrativos - Instituto AOCP - Médio	33
9) Lista de Questões Estratégicas - Princípios Administrativos - Instituto AOCP - Médio	36



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1. (Instituto AOCP/2024/ADEMA-SE/Analista Ambiental) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal são considerados bens públicos dominicais.
- b) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes tanto às pessoas jurídicas de direito público interno quanto às pessoas físicas a serviço da administração pública.
- c) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- d) São bens públicos os de uso especial, tais como as ruas e praças.
- e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

2. (Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Especialista de Serviços Públicos - Analista de Direito) Sobre os bens públicos, conforme o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) Conforme a destinação, são classificados em bens públicos de uso comum do povo bens públicos de uso especial e bens públicos dominicais.
- c) São insuscetíveis de usucapião.
- d) Os dominicais são os edifícios ou terrenos usados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

3. (Instituto AOCP/2024/SANEPAR/Técnico Profissional - Técnico em Transações Imobiliárias) Muitas são as formas de classificar os bens imóveis. A Codificação Civil conceitua o solo e tudo que lhe incorporar natural ou artificialmente como bem imóvel, sendo considerados para efeitos legais também os direitos



reais e as ações que os asseguram. Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, mesmo separadas do solo, conservam sua unidade, ainda que removidas de local, e os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele serem reempregados.

Entre as classificações concebidas, há: bens públicos e privados, bem individual ou coletivo, bem urbano ou rural e bem natural e ou por acessão. Nesse contexto, são espécies de bens classificados como públicos:

- a) bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.
- b) bens servientes, bens dominantes e bens dominiais.
- c) bens rurícolas, bens limítrofes e bens de usufruto.
- d) bens especiais de utilização comum, bens dominantes e bens limítrofes.
- e) bens de produção agrícola, bens limítrofes e bens dominicais.

4. (Instituto AOCP/2023/MPE-RR/Promotor de Justiça Substituto) No que se refere aos bens públicos, é correto afirmar que

- a) a afetação compreende os bens de uso comum do povo, os bens de uso especial e os bens dominicais;
- b) a utilização de bens de uso comum do povo não pode ser remunerada;
- c) a concessão de uso especial de moradia é instrumento que pode ser usado para conferir propriedade à população de baixa renda;
- d) a concessão de direito real de uso ostenta o atributo da resolutividade.

5. (Instituto AOCP/2023/MPE-MS/Analista - Área: Contabilidade) Em relação aos bens públicos e aos poderes administrativos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. As estradas, ruas e praças são classificadas como bens públicos dominicais.

II. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

III. O poder disciplinar é a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis.

IV. O poder hierárquico compreende a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para restringir e condicionar, com fundamento na lei, o exercício de direitos, com o objetivo de atender o interesse público.



- a) Apenas II;
- b) Apenas IV;
- c) Apenas I e III;
- d) Apenas I e IV;
- e) Apenas II, III e IV.

6. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Técnico Contabilidade) Na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, os edifícios ou terrenos destinados a serviços ou estabelecimentos da administração são classificados como

- a) Bens Intangíveis;
- b) Bens Imóveis Dominicais;
- c) Bens de Consumo;
- d) Bens de Uso Comum do Povo;
- e) Bens Imóveis de Uso Especial.

7. (Instituto AOCP/2023/PM-DF/Soldado Policial Militar - Combatente) Assinale a alternativa correta acerca dos bens públicos.

- a) O uso comum do bem público por particular admite duas modalidades, o uso comum ordinário, que está sujeito à remuneração, e o uso comum especial, que é limitado a determinada categoria de usuários;
- b) Sobre as minas e jazidas, a autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado e as autorizações e concessões não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente;
- c) O uso privativo dos bens públicos é o que a Administração Pública confere, mediante título jurídico individual, a pessoa ou grupo de pessoas determinadas, para que o exerçam, sem exclusividade, sobre parcela de bem público;
- d) Diante da atual Constituição Federal, a competência para legislar sobre águas foi reservada privativamente aos Estados e Municípios, afastando a competência da União;
- e) As águas públicas admitem o uso comum, sendo vedado o uso privativo. O uso comum é aberto a todos e, em regra, gratuito, podendo ser remunerado.



Gabarito

GABARITO



1. E
2. D
3. A

4. D
5. A
6. E

7. B



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2024/CBM-PE/Oficial - 2º Tenente) Suponha que determinado órgão estadual, sem observar a legislação ambiental aplicável ao tema, concedeu licença indevida para a construção de empreendimento imobiliário em área de preservação permanente, o que acarretou dano ambiental devidamente comprovado por perícia. Nesse caso, considerando o entendimento que prevalece na doutrina e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais é

- a) objetiva, com fundamento na teoria do risco integral.
- b) objetiva, com fundamento na teoria do risco administrativo.
- c) objetiva, com fundamento na teoria da culpa anônima.
- d) subjetiva, com fundamento na teoria da culpa.
- e) subjetiva, com fundamento na teoria do órgão.

2. (Instituto AOCP/2024/SAP-SC/Agente de Segurança Socioeducativo) Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade civil do Estado independe da existência de nexo causal entre ação ou omissão do Poder Público e o evento danoso.
- b) Prevalece a teoria da irresponsabilidade civil do Estado, ressalvadas as hipóteses em que o agente público age com dolo ou culpa.
- c) A configuração da responsabilidade civil do Estado exige prova do mau funcionamento ou de falha da Administração.
- d) A responsabilidade civil do Estado diz respeito à obrigação estatal de reparar danos causados a terceiros em decorrência de suas atividades ou omissões.
- e) A teoria da responsabilidade objetiva assegura às pessoas jurídicas de direito público o direito de regresso contra o agente público causador do dano, independentemente de dolo ou culpa.



3. (Instituto AOCP/2024/DEPEN-PR/Policial Penal) Acerca da responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Não existe responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, cabendo ao Estado responder pelos danos que causarem aos usuários.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, ainda que não houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- c) Na responsabilidade objetiva, não é necessária a demonstração de nexo de causalidade e de culpa do agente público, enquanto, na responsabilidade subjetiva, esses requisitos são indispensáveis.
- d) Existe responsabilidade civil do Estado para as condutas omissivas, sendo necessário, nesses casos, comprovar negligência na atuação estatal, o dano e o nexo causal entre ambos.
- e) A responsabilidade civil por condutas omissivas será objetiva quanto à administração pública direta e subjetiva quanto à administração pública indireta.

4. (Instituto AOCP/2023/MPE-MS/Analista - Área: Direito) Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar

- a) são imprescritíveis;
- b) sujeitam-se ao prazo prescricional de três anos;
- c) sujeitam-se ao prazo prescricional de cinco anos;
- d) sujeitam-se ao prazo prescricional de dez anos;
- e) sujeitam-se ao prazo prescricional de trinta anos.

5. (Instituto AOCP/2022/SEAPE-DF/Agente Penitenciário) No que concerne à responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.



Determinado detento que cumpria pena privativa de liberdade em regime fechado praticou suicídio. Segundo o entendimento do STF, considerando que o preso já vinha apresentando indícios de que poderia agir assim, o Estado deverá ser condenado a indenizar seus familiares.

6. (Instituto AOCP/2023/IEMA-ES/Engenheiro-Engenharia de Produção) À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.

7. (Instituto AOCP/2022/PM-GO/Cadete) De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta acerca do direito administrativo.

- a) Como não é prevista expressamente na Constituição, a vedação ao nepotismo exige a edição de lei formal, proibindo a sua prática;
- b) A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, sendo vedada a compensação, ainda que haja acordo;
- c) As hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos, previstas na Constituição Federal, sujeitam-se à existência de compatibilidade de horários, contanto que a jornada máxima não ultrapasse 60 horas semanais;
- d) Caso sejam superados os limites orçamentários previstos no ordenamento jurídico referentes aos gastos com pessoal do ente público, revela-se legal o ato de não concessão de progressão funcional de servidor público, ainda que atendidos por ele os requisitos legais;
- e) A responsabilidade civil da administração pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

8. (Instituto AOCP/2022/PC-GO/Agente de Polícia) Davi, policial civil do Estado de Goiás, durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, disparou acidentalmente sua arma de fogo, causando a morte de um morador local. Nesse caso, sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que eventual ação indenizatória deverá ser ajuizada



- a) em face da Polícia Civil do Estado de Goiás, com base na responsabilidade civil objetiva do Estado;
- b) contra o Estado de Goiás, sendo imprescindível a comprovação de dolo ou culpa na conduta de Davi;
- c) em face do Estado de Goiás, sendo assegurado o direito de regresso contra o agente público responsável nos casos de dolo ou culpa;
- d) diretamente contra Davi, com base na teoria da responsabilidade civil subjetiva, tendo em vista que ele agiu culposamente;
- e) diretamente contra Davi, com fundamento na teoria do risco administrativo, respondendo o agente objetivamente pelos danos causados.

9. (Instituto AOCP/2022/PM-GO/Soldado) Hefesto, policial militar do Estado de Goiás, durante patrulhamento de rotina, atropelou Dionísio, causando-lhe ferimentos que o levaram à morte. No decurso da investigação, restou constatado que, no momento do acidente, Hefesto dirigia em velocidade incompatível para o local e que havia avançado o sinal vermelho do semáforo, atropelando a vítima na faixa de pedestre porque se distraiu ao responder mensagens de texto de sua esposa. À luz da sistemática constitucional acerca da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- a) os herdeiros da vítima devem ajuizar ação indenizatória em face da Polícia Militar do Estado de Goiás, com fundamento na responsabilidade civil objetiva do Estado;
- b) eventual ação indenizatória deverá ser ajuizada diretamente contra Hefesto, diante das evidências que o referido agente público agiu com culpa;
- c) o Estado de Goiás, com base na teoria do risco administrativo, responde objetivamente pelos danos causados por Hefesto, sendo dispensável a comprovação do elemento subjetivo na conduta deste último;
- d) Hefesto não poderá ser responsabilizado, ainda que em eventual ação de regresso, pois sua conduta não foi dolosa;
- e) Hefesto, a Polícia Militar e o Estado de Goiás respondem solidariamente pela morte de Dionísio.



10. (Instituto AOCP/2022/CGE-MS/Auditor do Estado) No que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes;
- b) Prescrevem em 5 anos as ações indenizatórias contra a União por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar;
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa;
- d) O ordenamento constitucional consagra a teoria da dupla garantia, segundo a qual a ação por danos causados por agente público pode ser ajuizada contra o Estado ou, ainda, diretamente contra o servidor responsável pelo ato;
- e) Nos casos de omissão, aplica-se a responsabilidade civil do Estado à teoria do risco administrativo, na qual o elemento subjetivo condiciona o dever de indenizar.

11. (INSTITUTO AOCP/2022/IPE-Prev/Analista em Previdência) Em relação à responsabilidade civil do Estado, a prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em

- a) dois anos;
- b) três anos;
- c) quatro anos;
- d) cinco anos;
- e) dez anos.



Gabarito

GABARITO



1. Letra A
2. Letra D
3. Letra D
4. Letra A

5. Letra C
6. Letra E
7. Letra E
8. Letra C

9. Letra C
10. Letra A
11. Letra D



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) Sobre os servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- b) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável será exonerado, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) Investido no mandato de Prefeito, o servidor público da administração direta será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

2. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE RN/Agente Socioeducativo) Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- b) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- c) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- d) A proibição da acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções, mas não abrange autarquias e fundações;
- e) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.



3. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, dentre outras, a seguinte disposição:

- a) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função se houver compatibilidade.
- b) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será facultado optar pela sua remuneração.
- c) na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem.
- d) investido no mandato de Prefeito, não será afastado do cargo, emprego ou função, mas deverá optar pela sua remuneração.
- e) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, incluindo-se para promoção por merecimento.

4. (AOCP/2021/MP-RS/Técnico) Analise o seguinte caso hipotético: Mário, servidor público em estágio probatório ocupante do cargo de Técnico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, foi eleito Deputado Federal. À luz da Constituição Federal, Mário

- a) será exonerado do cargo de Técnico, pois ainda não goza de estabilidade.
- b) será afastado do cargo de Técnico, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- c) será afastado do cargo de Técnico, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração.
- d) perceberá as vantagens de ambos os cargos, desde que haja compatibilidade de horários.
- e) será posto em disponibilidade e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

5. (Instituto AOCP/2020/Prefeitura de Novo Hamburgo/Guarda Municipal) O servidor público estável só perderá o cargo em quais situações?



- a) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b) Pelo cometimento de crimes no exercício da função.
- c) Por omissão ou excesso no exercício da função.
- d) Mediante processo administrativo.
- e) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

Gabarito



- 1. Letra B
- 2. Letra D

- 3. Letra B
- 4. Letra C

- 5. Letra A



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) O ato administrativo pode ser conceituado como a manifestação ou declaração da administração pública, nesta qualidade, ou de particulares no exercício de prerrogativas públicas, que tenha por fim imediato a produção de efeitos jurídicos determinados, em conformidade com o interesse público e sob regime predominante de direito público. Desse modo, acerca da classificação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) Os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com liberdade de escolha quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativa.

b) No aspecto material, isto é, quanto a serem um conjunto de disposições gerais e abstratas, os atos administrativos gerais não diferem das leis.

c) Ato administrativo complexo é aquele cujo conteúdo resulta da manifestação de um só órgão, mas a sua edição ou a produção de seus efeitos depende de um outro ato que o aprove.

d) Os atos de império são praticados a requerimento do administrado, sendo a sua observância obrigatória para os seus destinatários.

e) São exemplos de atos de gestão: o encaminhamento de documentos à autoridade que possua atribuição de decidir sobre seu mérito, a formalização, o preparo e a movimentação de processos.

2. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) Uma vez publicado, o ato administrativo terá vigência e deverá ser cumprido, em respeito ao atributo da presunção de legitimidade, até que ocorra formalmente o seu desfazimento. Em relação à extinção dos atos administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A anulação, caracterizada pelo desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade, produz, em regra, efeitos *ex nunc*.

() Na contraposição, a retirada se dá porque foi emitido ato com fundamento em competência diversa que gerou o ato anterior, mas cujos efeitos são contrapostos aos daqueles.

() Na cassação, a retirada se dá porque o destinatário descumpriu condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica.



() Se a invalidação do ato decorrer de mudança da orientação da administração pública, a anulação produz efeitos retroativos à data de sua emissão.

- a) F – F – V – V.
- b) V – F – V – F.
- c) V – V – F – F.
- d) V – F – F – V.
- e) F – V – V – F.

3. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) Com fundamento na Lei de Ação Popular, assinale a alternativa que NÃO apresenta um requisito do ato administrativo.

- a) Finalidade;
- b) Coercibilidade;
- c) Competência;
- d) Motivo;
- e) Objeto.

4. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) No que diz respeito aos atos administrativos, é correto afirmar que a Administração pode revogar seus próprios atos

- a) quando eivados de ilegalidade;
- b) por motivos de conveniência ou oportunidade;
- c) quando não suscetíveis de convalidação;
- d) caso extrapolem competência definida em lei;
- e) se porventura forem dotados de desvio de finalidade.



5. (Instituto AOCP/2022/MPE-PR/Técnico do Ministério Público Estadual) Assinale a alternativa correta acerca da classificação dos atos administrativos quanto à natureza da atividade.

- a) São atos de administração consultiva aqueles que visam informar, elucidar e sugerir providências administrativas.
- b) Os atos de administração verificadora são os que visam criar, produzir uma utilidade pública, constituindo situações jurídicas.
- c) Os atos de administração contenciosa visam apurar ou documentar a preexistência de uma situação de fato ou de direito.
- d) Os atos que visam julgar certas situações em um procedimento contraditório são chamados de atos de controle.
- e) Os atos que visam impedir ou permitir a produção ou a eficácia de atos de administração são os atos de administração ativa.

Gabarito



- 1. Letra B
- 2. Letra E

- 3. Letra B
- 4. Letra B

- 5. Letra A



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) No que diz respeito à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas na referida Lei, e não constitui ação civil.

() É admitido o ajuizamento de ação por improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social.

() A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, com prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

() As disposições da referida Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.

a) V – F – F – V.

b) V – V – V – F.

c) V – F – F – F.

d) F – V – F – V.

e) F – F – V – V.

2. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) Com vistas a ocultar irregularidades Joana, servidora pública, dolosamente, deixou de prestar contas quando era obrigada a fazê-lo, mesmo dispondo de todas as condições para tanto.

Nesse caso, de acordo com a Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que Joana praticou ato de improbidade administrativa que

a) importa em enriquecimento ilícito, sendo que tal conduta viola a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções.



- b) importa em enriquecimento ilícito, sendo que a respectiva ação de improbidade prescreve em cinco anos.
- c) causa prejuízo ao erário, sendo que seu sucessor ou herdeiro estará sujeito à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- d) atenta contra os princípios da administração pública, estando sujeita à perda da função pública.
- e) atenta contra os princípios da administração pública, não havendo remessa necessária nas sentenças de que trata a referida Lei.

3. (Instituto AOCP/2024/UFS/Assistente de Alunos) Joaquim é servidor público e, no exercício da função, cometeu conduta culposa que gerou uma vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo. Com base no que dispõe a Lei Federal nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) Joaquim cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- b) Joaquim cometeu ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- c) Joaquim cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- d) A penalidade aplicável a Joaquim pelo ato de improbidade administrativa será reduzida pela metade em razão da conduta culposa.
- e) Não houve ato de improbidade administrativa punível nos termos da referida lei, tendo em vista que a conduta foi culposa.

4. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) No departamento de compras de uma autarquia, descobriu-se que a servidora Ana assinava contratos com fornecedores que são parentes dela. Embora Ana tenha declarado esses vínculos familiares em sua ficha funcional, ela continuou a aprovar os contratos sem seguir o devido processo de licitação e sem se afastar do processo decisório. Considerando a situação apresentada e o disposto na Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) Ana cometeu ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.



- b) Ana não cometeu ato de improbidade, mas tão somente crime de corrupção ativa.
- c) Ana cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- d) Ana cometeu ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- e) Ana não cometeu ato de improbidade, uma vez que declarou os vínculos familiares em sua ficha funcional.

5. (Instituto AOCP/UFRB/2023/Assistente) São atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, EXCETO

- a) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- b) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- c) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o caráter educativo, informativo ou de orientação social, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.
- e) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.

6. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente) Quanto ao agente público que aceita relevar situação de ilicitude fiscalizada por ele após aceitar promessa de recebimento de vantagem, é correto afirmar que ele

- a) comete ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, tais como eficiência e impessoalidade.
- b) não comete improbidade administrativa, mas comete crime de corrupção passiva.



- c) comete somente infração disciplinar punível com pena de advertência.
- d) comete improbidade administrativa de perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- e) comete improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito ao receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

7. (Instituto AOCP/2022/IF-MS/Assistente) Assinale a alternativa que contenha ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública de acordo com a Lei nº 8.429/1992.

- a) Agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- b) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- c) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- d) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- e) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

8. (Instituto AOCP/2023/IF-MA/Assistente em Administração) A Lei Federal nº 8.429/1992, alterada pela Lei Federal nº 14.230/2021, prevê, como uma das sanções aplicáveis àquele que pratica ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito,

- a) a prisão simples.
- b) a reclusão.
- c) a detenção.



d) a prestação de serviços à comunidade.

e) a perda da função pública.

9. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público Estadual) Foi ajuizada ação contra Maria, servidora pública, em razão de alegada improbidade administrativa. A ação para aplicação das sanções foi ajuizada depois de nove anos da ocorrência do fato. Diante do exposto, assinale a alternativa correta, considerando que não foi uma infração permanente, não houve causa interruptiva nem prescritiva, e o que dispõe a Lei nº 8.429/1992.

a) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 10 (dez) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto não está prescrita.

b) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto está prescrita.

c) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 8 (oito) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto está prescrita.

d) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 15 (quinze) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto não está prescrita.

e) A ação para a aplicação das sanções prescreve em 3 (três) anos contados a partir da ocorrência do fato, portanto está prescrita.

10. (Instituto AOCP/2024/DEPPEN-PR/Policial Penal) Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/1992, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, pode gerar responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

II. As regras dispostas na Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis a qualquer pessoa que influencie intencionalmente ou participe de forma dolosa na realização de atos de improbidade, mesmo que não ocupe cargo público.

III. Os atos de improbidade comprometem a probidade na estruturação do Estado e no desempenho de suas atribuições, bem como a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.



IV. Apenas os membros do Ministério Público poderão representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

- a) I, II, III e IV estão corretas.
- b) I, II, III e IV estão incorretas.
- c) Apenas II está correta.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Apenas II, III e IV estão corretas.

Gabarito



- | | | |
|------------|------------|-------------|
| 1. Letra C | 5. Letra C | 9. Letra C |
| 2. Letra E | 6. Letra E | 10. Letra D |
| 3. Letra E | 7. Letra D | |
| 4. Letra D | 8. Letra E | |



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2023/IF-MA/Assistente em Administração) De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta, é denominada

- a) contratado;
- b) licitante;
- c) autoridade;
- d) contratante;
- e) administração pública.

2. (Instituto AOCP/2023/IF-MA/Assistente em Administração) Um dos princípios que devem ser observados na aplicação da lei de licitações, Lei nº 14.133/2021, é o princípio

- a) de que o comércio precisa ser bom para todos;
- b) de que pessoas racionais pensam na margem;
- c) do desenvolvimento nacional sustentável;
- d) da dignidade da pessoa humana;
- e) do contraditório e da ampla defesa.

3. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente - Administração) Um assistente administrativo de um órgão público precisa realizar a aquisição de materiais de escritório para suprir as necessidades de diversas unidades. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, que trata das novas normas para



licitações e contratos administrativos, qual é a modalidade de licitação adequada para essa situação?

- a) Concorrência.
- b) Tomada de Preços.
- c) Convite.
- d) Pregão.
- e) Leilão.

4. (Instituto AOCP/2022/EMBASA/Assistente de Saneamento) No desempenho das atividades na EMBASA, consta a realização de compras segundo normas determinadas pela Lei nº 14.133/2021 e você está incumbido de realizar uma aquisição de um item cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Nesse caso, você estará fazendo a aquisição de

- a) obra.
- b) serviço.
- c) bens e serviços comuns.
- d) bens e serviços especiais.
- e) serviços e fornecimentos contínuos.

5. (Instituto AOCP/2022/EMBASA/Assistente de Saneamento) Assinale a alternativa que apresenta uma das aplicações da Lei nº 14.133/2021.

- a) Contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura.
- b) Contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.
- c) Contratações que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo.



- d) Contratação de gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro.
- e) Concessão de garantias relacionadas a esses contratos de crédito ou de gestão de dívida pública.

6. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria) De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o processo licitatório tem por objetivo

- a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para o fornecedor do produto e para o prestador do serviço contratado.
- b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- c) evitar contratações com subpreço.
- d) incentivar todo tipo de parceria entre os agentes públicos e as pessoas jurídicas de direito privado.
- e) permitir que a Administração Pública fiscalize e controle a qualidade dos serviços e dos produtos ofertados pelas empresas privadas.

7. (Instituto AOCP/2022/IF-MS/Assistente - Administração) Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta das fases do processo licitatório conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

- a) Preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de habilitação; de julgamento; recursal; de homologação.
- b) Preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; de homologação; recursal.
- c) De divulgação do edital de licitação; preparatória; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação.
- d) Preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação.
- e) De divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; preparatória; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação.



8. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Contábil) A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul pretende contratar determinado software de uso extremamente específico para entidade com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

O objeto a ser contratado atende às seguintes condições:

- inovação tecnológica ou técnica;
- impossibilidade de o órgão ou a entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e
- impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.

Considerando essas informações e a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta corretamente a modalidade de licitação a ser utilizada pelo órgão.

- a) Concorrência.
- b) Pregão.
- c) Concurso.
- d) Leilão.
- e) Diálogo Competitivo.

9. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) Determinado município divulgou edital de licitação para a construção de uma nova escola pública. A Construtora Alfa, interessada na execução da obra, vai participar do processo licitatório, mas tem dúvidas de como prosseguir. Com base no caso apresentado e na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.
- b) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.



- c) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.
- d) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.
- e) A Construtora Alfa deverá apresentar proposta no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.

10. (Instituto AOCP/2022/IF-MS/Assistente) Assinale a alternativa que apresenta apenas critérios de julgamento das propostas no processo licitatório de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

- a) Concorrência, maior desconto e técnica e preço.
- b) Maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico e maior retorno econômico.
- c) Diálogo competitivo, melhor técnica ou conteúdo artístico e maior retorno econômico.
- d) Leilão, maior retorno econômico e técnica e preço.
- e) Pregão, maior desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico.

Gabarito



- | | | |
|------------|------------|-------------|
| 1. Letra B | 5. Letra A | 9. Letra B |
| 2. Letra C | 6. Letra B | 10. Letra B |
| 3. Letra D | 7. Letra D | |
| 4. Letra C | 8. Letra E | |



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) No que concerne às autarquias, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma de suas características.

- a) Possuem personalidade jurídica de direito privado;
- b) Integram a administração direta do respectivo ente federado;
- c) Têm sua criação autorizada por resolução do Congresso Nacional;
- d) Desenvolvem atividade típica de Estado;
- e) São entes despersonalizados.

2. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) Considere que o Estado de Alagoas criou uma empresa pública para a prestação de determinado serviço público.

Nesse caso, é correto afirmar que a referida empresa estatal

- a) ostenta personalidade jurídica de direito público e integra a Administração Pública indireta do referido Estado.
- b) foi criada por lei e seu capital social é integralmente público.
- c) foi constituída, obrigatoriamente, sob a forma de sociedade anônima.
- d) teve sua criação autorizada por lei e seus agentes públicos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) possui personalidade jurídica de direito privado, razão pela qual não se submete à responsabilidade civil objetiva pelos danos causados por seus agentes.

3. (Instituto AOCP/2022/Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul/Assistente Previdenciário) Em relação à organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;



- b) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação;
- c) São pessoas jurídicas de direito público as autarquias e as empresas públicas;
- d) O consórcio de direito público constitui associação pública e integra a administração indireta, com a natureza de autarquia;
- e) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.

4. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) A Constituição Federal determina que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, direta ou indiretamente, a prestação de serviços públicos. Acerca da forma de prestação dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A prestação de um serviço público pode ocorrer de forma descentralizada, quando, na estrutura de uma determinada entidade, existam órgãos dotados de competência específica para a prestação daquele serviço.
- b) A prestação de um serviço público pode ocorrer de forma desconcentrada centralizada, quando é realizada por órgãos integrantes da administração direta dotados de competência específica para a prestação do serviço.
- c) A prestação de um serviço público pode ocorrer de forma desconcentrada, quando a pessoa incumbida da sua prestação é uma pessoa diferente do ente federado a que a Constituição Federal atribui a titularidade do serviço.
- d) São exemplos de serviços públicos descentralizados prestados pela administração direta a coleta e a gestão de resíduos sólidos, quando executadas diretamente pelos órgãos municipais.
- e) Na hipótese da denominada desconcentração por colaboração, a prestação de um serviço público é atribuída a um particular, isto é, a uma pessoa não integrante da administração pública.



5. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria) Em relação à administração pública, quais são as principais diferenças entre a administração pública direta e a administração pública indireta?

- a) A administração pública direta é composta por órgãos governamentais, enquanto a administração pública indireta é composta por entidades privadas com fins lucrativos.
- b) A administração pública direta é descentralizada, enquanto a administração pública indireta é centralizada.
- c) A administração pública direta é caracterizada pela descentralização administrativa, enquanto a administração pública indireta é caracterizada pela centralização administrativa.
- d) A administração pública direta não possui personalidade jurídica, enquanto a administração pública indireta possui personalidade jurídica própria.
- e) A administração pública direta é regida por normas específicas, enquanto a administração pública indireta não está sujeita a regulamentação.

Gabarito



- 1. Letra D
- 2. Letra D

- 3. Letra C
- 4. Letra B

- 5. Letra D



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) Os poderes administrativos são prerrogativas conferidas a determinados agentes públicos apenas na estrita medida em que essas prerrogativas são necessárias para o atingimento dos fins públicos cuja persecução o próprio ordenamento jurídico lhes impõe. O exercício ilegítimo dos poderes administrativos caracteriza, genericamente, o denominado abuso de poder. A respeito do abuso de poder, assinale a alternativa correta.

a) A inércia da autoridade administrativa, deixando de executar determinada prestação de serviço a que por lei está obrigada, não caracteriza abuso de poder, já que se trata de crime de prevaricação.

b) O excesso de poder é vício relacionado ao elemento “finalidade” dos atos administrativos, ao passo que o desvio de poder concerne ao elemento “competência”.

c) Os atos praticados com excesso de poder são nulos quando o vício é de competência quanto à matéria, ou quando se trata de competência relativa.

d) Os atos praticados com excesso de poder são nulos quando o vício é de competência quanto à pessoa, não podendo ser convalidados, ainda que se trate de competência relativa.

e) Os atos praticados com desvio de poder são sempre nulos, uma vez que a atuação do agente contraria a finalidade explícita ou implícita na lei que determinou ou autorizou a sua atuação.

2. (Instituto AOCP/2022/TRT-19/Técnico Judiciário - Administrativa) Segundo a doutrina, os poderes administrativos são prerrogativas instrumentais conferidas aos agentes públicos para que, no desempenho de suas atividades, alcancem o interesse público.

Nesse contexto, é correto afirmar que o desvio de poder, espécie de abuso do poder, enseja à nulidade do ato administrativo em virtude de vício no elemento

a) finalidade;

b) competência;

c) tipicidade;

d) motivo;



e) forma.

3. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) “[...] atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

Referente aos poderes e deveres da Administração Pública, é correto afirmar que o trecho apresentado retrata o

- a) desvio de poder.
- b) excesso de poder.
- c) poder hierárquico.
- d) poder disciplinar.
- e) poder de polícia.

4. (Instituto AOCP/2021/ITEP-RN/Agente - Técnico Forense) Referente ao Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) No controle judicial da atividade administrativa discricionária, cabe ao Poder Judiciário substituir a decisão do administrador, analisando e julgando o mérito do ato administrativo.
- b) O excesso de poder ocorre em casos nos quais a autoridade pública atua fora dos limites de sua competência.
- c) O poder regulamentar é o escalonamento no plano vertical dos órgãos e agentes da Administração que tem como objetivo a organização da função administrativa.
- d) As atribuições de delegar e avocar competência decorrem do poder disciplinar da administração pública.
- e) São atributos do poder de polícia: imperatividade, finalidade e motivação.



5. (Instituto AOCP/2020/Prefeitura de Novo Hamburgo/Guarda Municipal) Na administração pública, a utilização do poder deve guardar conformidade com o que a lei dispuser. Diante dessa afirmação, é correto afirmar que se o agente público não agir de acordo com a lei poderá incorrer em qual situação?

- a) Uso do Poder.
- b) Abuso do Poder.
- c) Omissão do Poder.
- d) Ação comissiva.
- e) Ação omissiva.

Gabarito



- 1. Letra E
- 2. Letra A

- 3. Letra E
- 4. Letra B

- 5. Letra B



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (Instituto AOCP/2022/IF-MS/Assistente - Administração) Assinale a alternativa que apresenta apenas princípios constitucionais que regem a atividade da Administração Pública.

- a) Eficiência, legalidade e proporcionalidade;
- b) Supremacia do interesse público, impessoalidade e moralidade;
- c) Moralidade, publicidade e impessoalidade;
- d) Legalidade, razoabilidade e eficiência;
- e) Proporcionalidade, moralidade e impessoalidade.

2. (Instituto AOCP/2024/CBM-PE/Oficial - 2º Tenente) O art. 53 da Lei nº 9.784/1999 dispõe que: "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos". Nesse caso, quanto aos princípios que regem o direito administrativo, é correto afirmar que tal dispositivo legal descreve o princípio da

- a) legalidade.
- b) impessoalidade.
- c) publicidade.
- d) eficiência.
- e) autotutela.

3. (Instituto AOCP/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) "A Administração deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatias ou animosidades políticas ou ideológicas". À luz dos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que o fragmento apresentado descreve especificamente o princípio da



- a) impessoalidade.
- b) publicidade.
- c) supremacia do interesse público sobre o privado.
- d) segurança jurídica.
- e) legalidade.

4. (Instituto AOCP/2024/ADEMA-SE/Técnico Ambiental) Conforme expressamente disposto na Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá ao princípio da

- a) lisura.
- b) igualdade.
- c) moralidade.
- d) pessoalidade.
- e) equidade.

5. (Instituto AOCP/2024/SEAP-PR/Agente de Execução) São princípios de direito administrativo e suas respectivas definições, EXCETO

- a) Legalidade: atuação conforme a lei.
- b) Publicidade: impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
- c) Impessoalidade: objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- d) Moralidade: atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- e) Segurança jurídica: observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.



Gabarito

GABARITO



1. Letra C
2. Letra E

3. Letra A
4. Letra C

5. Letra B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.